Plano de Estudos
1.º Ciclo
6.º Curso de Formação de Magistrados para os Tribunais Administrativos e Fiscais

2019.2020
Título: Plano de Estudos - 6.º Curso de Formação de Magistrados para os Tribunais Administrativos e Fiscais
Autor: Centro de Estudos Judiciários
Ano de Publicação: 2019
Foto da capa: José L. Dinis
Edição: Centro de Estudos Judiciários
Largo do Limoeiro
1149-048 Lisboa
cej@mail.cej.mj.pt
Índice

1. INTRODUÇÃO ................................................................................................................................ 5
  1.1. Linhas programáticas e metodológicas gerais e específicas .............................................. 5
  1.2. Orientações estratégicas ...................................................................................................... 8
  1.3. Critérios estruturantes relativos ao 6.º Curso TAF .............................................................. 9

2. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS RELATIVOS AO 6.º CURSO TAF .............................................. 11
  2.1. Componente formativa geral e de especialidade comum ................................................. 11
      2.1.1. Direito Constitucional ................................................................................................. 11
      2.1.2. Direito Europeu ........................................................................................................ 11
      2.1.3. Inglês Jurídico .......................................................................................................... 12
      2.1.4. Tecnologias de Informação e Comunicação .............................................................. 14
      2.1.5. Jurisprudência em sede de Direitos Fundamentais .................................................. 14
      2.1.6. Ética e Deontologia .................................................................................................... 17
      2.1.7. Contabilidade e Gestão .............................................................................................. 17
  2.2. Componente formativa de especialidade no domínio do Direito Administrativo e Tributário ..............................................................17
      2.2.1. Componente formativa de especialidade em sede de direito administrativo ......... 19
          2.2.1.1 Direito do Urbanismo e Direito do Ambiente ....................................................... 19
          2.2.1.2 Regime da Contratação Pública ........................................................................... 22
      2.2.1.3 Direito do Trabalho em Funções Públicas ................................................................. 24
      2.2.2. Componente formativa de especialidade em sede de direito administrativo e tributário .................................................................................................................. 27
          2.2.2.1 Direito Contraordenacional substantivo e processual ........................................ 27
      2.2.3. Componente formativa geral e de especialidade em sede de direito tributário ...... 28
          2.2.3.1 Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) ..................................... 29
          2.2.3.2 O imposto sobre o valor acrescentado (IVA) ......................................................... 30
          2.2.3.3 A tributação do património .................................................................................... 30
          2.2.3.4 Contabilidade fiscal e imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) ..... 31
          2.2.3.5 Direito e contencioso aduaneiro ........................................................................... 33
          2.2.3.6 Impostos Especiais de Consumo .......................................................................... 34
          2.2.3.7 Direito fiscal internacional ....................................................................................... 35
          2.2.3.8 Direito Fiscal Europeu ............................................................................................ 35
      2.2.3. Componente formativa profissional ........................................................................... 36
          2.3.1. Direito Administrativo substantivo e processual ..................................................... 37
          2.3.2. Direito Tributário, substantivo e processual ............................................................ 46
          2.3.3. Direito Civil, no domínio dos contratos e responsabilidade civil. Direito Processual Civil. .............................................................. 52
1. Introdução

A formação inicial de Magistrados para os tribunais Administrativos e Fiscais compreende um curso de formação teórico-prática, organizado em dois ciclos sucessivos, e um estágio de ingresso, sendo que o primeiro ciclo desse curso se realiza na sede do CEJ (com a ressalva dos estágios intercalares de curta duração, que decorrem nos tribunais), tal como se estabelece nos n.os 1 e 2 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro.

No presente ano de atividades do CEJ (ao qual nos referiremos como ano letivo), foi aberto concurso para ingresso num novo curso de formação de magistrados para os Tribunais Administrativos e Fiscais.

Assim, o primeiro ciclo deste 6.º Curso de formação teórico-prática de futuros Magistrados dos TAF irá decorrer entre 15 de setembro de 2019 e 15 de julho de 2020, dirigido a um universo potencial de 25 auditores de justiça.

Apresentam-se, de seguida, as linhas programáticas, as opções metodológicas, os objetivos formativos e o Programas específico deste 6.º Curso de formação.

1.1. Linhas programáticas e metodológicas gerais e específicas

Estabelece a Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, um conjunto de objetivos gerais para o curso de formação teórico-prática e de objetivos específicos para o primeiro ciclo desse curso.

Quanto aos primeiros, determina o n.º 1 do artigo 34.º da citada Lei n.º 2/2008 que o curso de formação teórico-prática «tem como objetivos fundamentais proporcionar aos auditores de justiça o desenvolvimento de qualidades e a aquisição de competências técnicas para o exercício das funções de juiz (…)». 
Nesse contexto, enuncia o n.º 2 do citado preceito legal, «no domínio do desenvolvimento de qualidades para o exercício das funções», os seguintes:

«a) A compreensão do papel dos juízes (...) na garantia e efetivação dos direitos fundamentais do cidadão;
b) A perceção integrada do sistema de justiça e da sua missão no quadro constitucional;
c) A compreensão da conflitualidade social e da multiculturalidade, sob uma perspetiva pluralista, na linha de aprofundamento dos direitos fundamentais;
d) O apuramento do espírito crítico e reflexivo e a atitude de abertura a outros saberes na análise das questões e no processo de decisão;
e) A identificação das exigências éticas da função e da deontologia profissional, na perspetiva da garantia dos direitos dos cidadãos;
f) Uma cultura de boas práticas em matéria de relações humanas, no quadro das relações profissionais, institucionais e com o cidadão em geral;
g) Uma cultura e prática de autoformação ao longo da vida.»

E o n.º 3 elenca, «na vertente da aquisição das competências técnicas»:

«a) A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos técnico-jurídicos necessários à aplicação do direito;
b) O domínio do método jurídico e judiciário na abordagem, análise e resolução dos casos práticos;
c) A aquisição de conhecimentos e técnicas de áreas não jurídicas do saber, úteis para a compreensão judiciária das realidades da vida;
d) A compreensão e o domínio do processo de decisão mediante o apuramento da intuição prática e jurídica, o desenvolvimento da capacidade de análise, da técnica de argumentação e do poder de síntese, bem como o apelo à ponderação de interesses e às consequências práticas da decisão;
e) O domínio dos modos de gestão e da técnica do processo, numa perspetiva de agilizar os procedimentos orientada para a decisão final;
f) A aquisição de conhecimentos e o domínio das técnicas de comunicação com relevo para a intervenção judiciária, incluindo o recurso às tecnologias da informação e da comunicação;
g) A utilização das aplicações informáticas disponíveis para gerir o processo de forma eletrónica e desmaterializada;
h) A aquisição de competências, no âmbito da organização e gestão de métodos de trabalho, adequadas ao contexto de exercício de cada magistratura.»

Já no que se refere aos objetivos específicos do primeiro ciclo, no desenvolvimento daqueles objetivos gerais, rege o artigo 36.º, também desdobrado nas componentes pessoal e técnica.

Quanto ao «domínio das qualidades para o exercício das funções», afirma o n.º 1 ter a formação como escopo:
«a) Promover a formação sobre os temas respeitantes à administração da justiça;

b) Propiciar o conhecimento dos princípios da ética e da deontologia profissional, bem como dos direitos e deveres estatutários e deontológicos;

c) Proporcionar a diferenciação dos conteúdos funcionais e técnicos de cada magistratura.»

E no n.º 2, «em matéria de competências técnicas», declara-se que o primeiro ciclo visa proporcionar:

«a) A formação sobre a importância prática dos direitos fundamentais e o domínio dos respetivos meios de proteção judiciária;

b) A aquisição e o aprofundamento dos conhecimentos jurídicos, de natureza substantiva e processual, nos domínios relevantes para o exercício das magistraturas;

c) O desenvolvimento da capacidade de abordagem, de análise e do poder de síntese, na resolução de casos práticos, com base no estudo problemático da doutrina e da jurisprudência, mediante a aprendizagem do método jurídico e judiciário;

d) O exercício na tomada de decisão, fundado numa argumentação racional e na análise crítica da experiência, por forma a conferir autonomia às posições assumidas;

e) O domínio da técnica processual, privilegiando as perspetivas de agilização dos procedimentos, da valorização da prova e da fundamentação das decisões, com especial incidência na elaboração das peças processuais, no tratamento da matéria de facto, nos procedimentos de recolha e produção da prova, e na estruturação das decisões;

f) A aprendizagem dos modos de gestão judiciária e do processo, numa perspetiva de racionaizar a execução de tarefas por objetivos;

g) A aprendizagem das técnicas de pesquisa, tratamento, organização e exposição da informação, útil para a análise dos casos, incluindo o recurso às novas tecnologias;

h) A aquisição de saberes não jurídicos com relevo para a atividade judiciária, nomeadamente em matéria de medicina legal, psicologia judiciária, sociologia juridical e contabilidade e gestão;

i) Possibilidade de aprendizagem de uma língua estrangeira, numa perspetiva de utilização técnico-jurídica;

j) A aprendizagem de técnicas de comunicação, verbais e não-verbais, incluindo o recurso às tecnologias da comunicação;

l) A aprendizagem da utilização das aplicações informáticas disponíveis para gerir o processo de forma eletrónica e desmaterializada;

m) A integração das competências que vão sendo adquiridas, através de breves períodos de estágio nos tribunais.»
Tendo presentes estes parâmetros, devem os mesmos projetar-se nas diversas atividades formativas a desenvolver, com a necessária adequação destas à especificidade das funções das magistraturas judicial e do Ministério Público.

1.2. Orientações estratégicas

De acordo com a Lei n.º 2/2008, de 4 de janeiro, o modelo avaliativo acentua o papel formativo dos docentes e uma ideia de aprendizagem contínua dos auditores, pretendendo-se que formadores e formandos estejam mais preocupados com a formação dos futuros Magistrados para o seu próximo desempenho funcional, e menos com a avaliação destes e a sua classificação ou graduação.

Nessa medida, o processo avaliativo tenderá a centrar-se numa prognose da ocorrência dos requisitos éticos e técnicos que caracterizam um desempenho profissional exemplar. A avaliação deve estar centrada na realização de objetivos claros, atinentes ao conjunto de requisitos técnicos e morais que caracterizam os bons Magistrados devendo contribuir para a orientação identitária destes, em especial, no que respeita à sua independência, responsabilidade, capacidade de decisão e de fundamentação.

Consequentemente, e não obstante a necessária individualização dos docentes enquanto avaliadores responsáveis pela concreta avaliação, nos termos legais estabelecidos em cada momento, o método de avaliação contínua foi convolado para uma avaliação global, em que todos os fatores de avaliação que releven para a aferição daqueles requisitos éticos e técnicos sejam considerados e em que os juízos formulados por todos os docentes que interajam funcionalmente com cada um dos auditores sejam ponderados, sempre com salvaguarda da total transparência do processo avaliativo.

A elaboração do presente Plano de Estudos pretende continuar a inscrever-se na mesma linha procurando evitar modelos académicos ou universitários e visando, ao mesmo tempo, acentuar a componente prática da formação assente no privilegiar da interdisciplinaridade dos saberes, na complementaridade com o ensino universitário e na orientação ao estudo do caso concreto.

Trata-se, afinal, de organizar as atividades formativas numa lógica de aquisição de competências para o saber fazer, numa perspetiva de cumprimento da ética profissional e de respeito pelo cidadão, enquanto destinatário da atividade dos tribunais, em que têm papel essencial vários aspetos a desenvolver: formação adequada nos domínios da ética e deontologia profissionais e dos direitos humanos; estudo e assimilação de boas práticas profissionais; preparação para a especialização; exercitação das capacidades de compreensão e valoração da prova, e de ponderação e decisão, segundo o direito e o bom senso; elaboração de materiais de formação comuns dentro de cada área formativa e dirigidos a todos os auditores; mobilização dos formandos para o seu próprio processo formativo; valorização da ponderação e análise crítica das matérias e materiais formativos pelos auditores.
E tudo isto terá de ser alcançado sem que se deva sobrecarregar excessivamente a carga horária dos formandos, por tal prejudicar as capacidades de assimilação de conhecimentos, as necessidades de realização de trabalhos e de preparação das sessões e o desiderato de maior ponderação e reflexão dos auditores sobre os conteúdos formativos.

Acresce que, para atingir níveis satisfatórios de desenvolvimento dos aspetos referidos, mostra-se ainda de particular relevância enquadrar na formação do primeiro ciclo: reforço de uma perspetiva formativa prática nos contactos com a atividade dos tribunais, aprofundando o modelo de estágio intercalar já existente (previsto no n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 2/2008); utilização em sessão das gravações e outros materiais formativos de formação contínua; estudo integrado (e não estanque) das matérias das componentes formativas geral e de especialidade, numa lógica de interdisciplinaridade e complementaridade com as áreas da componente profissional (embora, neste ponto, com a vantagem de significar a desnecessidade de autonomização de várias daquelas matérias, que serão tratadas no âmbito das áreas da componente profissional, daí resultando um ganho em termos de gestão da carga horária).

1.3. Critérios estruturantes relativos ao 6.º Curso TAF

Todas as anteriores considerações determinam que a organização das atividades formativas viesse a ser estruturada segundo os critérios que se passam a descrever.

A) No que concerne às áreas da componente formativa profissional que constituem o núcleo central da formação, organizar-se-á o 6.º Curso Normal de Formação para os TAF em 2 grupos compostos por 13 e 12 elementos, respetivamente.

B) O horário semanal-tipo comporta, genericamente, a seguinte distribuição de carga horária semanal pelas 3 áreas da componente profissional (expressa em número de unidades letivas – UL - de 90 minutos cada) no conjunto da formação comum e específica: 3 ou 4 UL para a Área de Direito Administrativo, 2 UL para a área de Direito Tributário e 1 ou 2 UL para a área de Direito Civil e Direito Processual Civil.

C) A distribuição da carga horária anual na componente profissional é, pois, e em resumo, a seguinte:
   - Área de Direito Administrativo, substantivo e processual, 120 UL.
   - Área de Direito Tributário, substantivo e processual, 70 UL.
   - Área de Direito Civil e Processual Civil, 42 UL, à qual acresce um módulo autónomo relativo ao processo de Execução com a duração global de 8 UL.

D) A planificação de sessões das diferentes áreas, que integram o presente Plano de Estudos, obedece ainda a uma divisão da programação geral pelo tempo letivo disponível correspondente a 35 semanas, acrescendo-lhe ainda duas semanas dedicadas ao estágio intercalar (a ter lugar durante o terceiro trimestre) e ainda os
períodos dedicados às atividades que serão propostas para o encerramento do primeiro ciclo do curso.

E) No que se refere às matérias que integram a componente formativa geral e de especialidade estas encontram-se divididas em quatro subáreas: a primeira, contemplando uma componente que se optou por designar por comum, uma segunda, relativa ao direito Administrativo, uma terceira, comum ao direito Administrativo e ao direito Tributário e finalmente, uma quarta, referente ao direito Tributário.

F) Integram a primeira, as subáreas de Direito Constitucional com 6 UL, Direito Europeu com 7 UL, Inglês Jurídico com 10 UL, Tecnologias de Informação e Comunicação com 3 UL, Jurisprudência em sede de Direitos Fundamentais (Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, do Tribunal de Justiça da União Europeia e de outras instâncias de controlo) com 14 UL, Contabilidade e Gestão com 1 UL e Ética e Deontologia com 9 UL.

G) Integram a segunda, as matérias de Direito do Urbanismo e Direito do Ambiente, Contratação Pública e de Direito do Trabalho em Funções Públicas, todas com 15 UL.

H) Na terceira integra-se o estudo da matéria das contraordenações, tanto na sua vertente administrativa como processual, compreendendo 10 UL.

I) Finalmente, a última, relativa ao direito Tributário, integra o estudo do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, com 7 UL, do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, com 13 UL, do Imposto sobre o Valor Acrescentado, com 7 UL, do Direito e Contencioso Aduaneiros, com 7 UL, dos Impostos Especiais sobre o Consumo, com 3 UL, Tributação do Património, com 7 UL, do Direito Fiscal Internacional, com 7 UL e do Direito Fiscal Europeu, com 6 UL.

J) O Curso compreenderá assim um total de 232 UL na componente formativa profissional e 162 UL na componente formativa geral e de especialidade.

K) As restantes áreas da componente formativa geral e de especialidade, com referência ao que se dispõe no artigo 40.º, da Lei n.º 2/2008, serão ou incorporadas noutras áreas, ou abordadas em ações de formação contínuas de presença obrigatória, ou em sessões ou conferências especificamente organizadas ou, ainda, ministradas durante o segundo ciclo, de modo descentralizado e em pequenos grupos.
2. Conteúdos programáticos relativos ao 6.º Curso TAF

2.1. Componente formativa geral e de especialidade comum

2.1.1. Direito Constitucional

Com a área de estudos de Direito Constitucional visa-se proporcionar aos auditores de justiça, para além de uma análise do processo constitucional (âmbito, objeto, tipos de recurso, pressupostos gerais e específicos e trâmites, designadamente mediante a análise da jurisprudência do Tribunal Constitucional), uma sensibilização para a importância e o alcance dos direitos fundamentais, a compreensão das normas de direitos fundamentais, o estudo da metodologia da sua interpretação e concretização pelos tribunais, os meios de tutela judicial dos direitos, liberdades e garantias pessoais;

As 6 UL sessões serão ministradas em Plenário, por docentes universitários e Magistrados.

2.1.2. Direito Europeu

Procurar-se-á através desta área de estudos proporcionar aos auditores de justiça o aprofundamento dos seus conhecimentos no domínio do direito europeu e das suas instituições.

As 7 sessões terão lugar em plenário, sendo dirigidas também aos auditores do 34.º Curso de Formação para os Tribunais Judiciais.

Salvo motivo imprevisto ou circunstâncias de índole pedagógica que venham a impor diferentemente, as matérias a ser abordadas nas sessões desta área de estudos são as seguintes:
Introdução
O ordenamento jurídico da União Europeia entre o direito interno e o direito internacional. Direito comunitário e direito da União Europeia. Direito originário e direito derivado. Os tribunais nacionais como tribunais comuns da União Europeia.

Fontes do direito da união europeia
Os Tratados da União Europeia e a sua constitucionalização. Os princípios gerais do direito comunitário e os instrumentos de direito comunitário.

A eficácia do direito da união europeia

O sistema jurisdicional da União Europeia

2.1.3. Inglês Jurídico

Através da área de Inglês Jurídico visa-se apetrechar os auditores de justiça com o vocabulário técnico-jurídico necessário à compreensão de textos jurídicos em língua inglesa e à comunicação com outrem bem como o desenvolvimento dos seus conhecimentos em áreas temáticas diretamente relacionadas com o Direito Administrativo e Fiscal.

Para tanto será fomentada a leitura e análise de textos jurídicos. Incidir-se-á, com particular relevo, no alargamento vocabular e no desenvolvimento das capacidades de expressão/exposição oral. A prática de vocabulário será feita através de exercícios e outras atividades. Será utilizado a plataforma Moodle do CEJ, onde os auditores de justiça terão acesso aos materiais (textos, links para material audiovisual, documentos, glossários e outros) que serão utilizados. Assim, antes de cada sessão poderão ter conhecimento prévio do vocabulário e dos exercícios.

A avaliação, traduzida nas menções de “apto” ou “não apto”, resultará de uma prova escrita final e do nível e mérito da participação ativa nas sessões.

Nestes termos, e salvo motivo imprevisto ou circunstâncias de índole pedagógica que venham a impor diferentemente, a planificação das sessões desta área de estudos, que serão ministradas em grupos de 15 Auditores, é a seguinte:
1.ª Sessão

2.ª Sessão
Recursos para a tradução, o tribunal e a atividade de tradutores e intérpretes, questões linguísticas suscitadas pela utilização de terminologia jurídica. Diferenças terminológicas entre processo civil e processo penal. Exercícios de aplicação de vocabulário.

3.ª Sessão

4.ª Sessão
Vocabulário: organização administrativa portuguesa, procedimento administrativo, regulamentos administrativos, atos administrativos e contratos administrativos. Exercícios de aplicação de vocabulário.

5.ª Sessão
Os tribunais administrativos: Inglaterra e Portugal. O julgamento das ações administrativas. Exercícios de compreensão e de aplicação de vocabulário.

6.ª Sessão
Vocabulário relacionado com o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Exercícios de compreensão e de aplicação de vocabulário a partir de um processo administrativo no TEDH.

7.ª Sessão
Direito fiscal: fontes, estrutura do sistema tributário português. Exercícios de aplicação de vocabulário.

8.ª Sessão
O processo tributário. Direito fiscal internacional. Exercícios de compreensão e de aplicação de vocabulário.

9.ª Sessão
Vocabulário relacionado com o Tribunal de Justiça e outras instituições e órgãos importantes. Exercícios de audição e de aplicação de vocabulário. Análise de um acórdão do Tribunal de Justiça relevante em matéria fiscal.
10.ª Sessão

Teste escrito de avaliação.

2.1.4. Tecnologias de Informação e Comunicação

A matéria referente às tecnologias de informação e comunicação, dados os conhecimentos que a generalidade dos auditores de justiça já possui acerca de um número razoável de aplicações informáticas na ótica do utilizador, visa proporcionar-lhes a familiarização com as novas aplicações informáticas de uso mais frequente nos tribunais incluindo, para além do SITAF, as relativas aos registos comercial e predial on-line e às custas judiciais.

Esta área terá uma carga horária de 3 UL.

2.1.5. Jurisprudência em sede de Direitos Fundamentais

As matérias relativas à jurisprudência do tribunal europeu dos direitos do homem e de outras instâncias de controlo visam o aprofundamento dos conhecimentos no domínio da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e, quando tal se justifique, do Tribunal de Justiça da União Europeia, em particular no que se refere ao processo equitativo e do direito de propriedade.

Todas as 14 sessões ocorrerão em Plenário.

Salvo motivo imprevisto ou circunstâncias de índole pedagógica que venham a impor diferentemente, as matérias a abordar nas sessões desta área de estudos são as seguintes:

A) Direito Institucional e o processo

1. O sistema institucional de proteção convencional na CEDH
2. Estrutura da Convenção Europeia na versão originária:
   a. Complexo de direitos e liberdades reconhecidos: o lugar dos direitos económicos e sociais
   b. Os órgãos da Convenção
   c. Composição, organização, atribuições e competências dos órgãos
   d. O Comité de Ministros: Composição e competências
3. A Reforma de 2004
4. As reformas posteriores.
5. O modelo atual
   a. O Tribunal Europeu
   b. A Secretaria
   c. O Comité dos Ministros
d. As partes e seu patrocínio: O Agente do Governo e a representação dos requerentes.

6. O regime do processo no Tribunal Europeu

   6.1. Quadro jurídico de referência
      a. O quadro jurídico de referência
      b. Organização e funcionamento
      c. Pressupostos processuais
      d. A intervenção de terceiros
      e. Medidas cautelares
      f. O exame contraditório da causa e a resolução amigável dos conflitos
      g. Decisões e Acórdãos
      h. Recurso para o tribunal pleno
      i. Força vinculativa e execução das sentenças
      j. Nota geral sobre prazos do processo e sobre apoio judiciário

B) Direito material e jurisprudência

1. Direito à Vida (Artigo 2.º)
   a. Generalidades
   b. Âmbito da previsão convencional
   c. As obrigações positivas dos Estados
   d. Uso de força letal.
   e. Direito a morrer?
   f. A questão da pena de morte
   g. Embriões
   h. Análise de jurisprudência mais relevante

2. Proibição da tortura (Artigo 3.º) e Proibição da escravatura e trabalho forçado (Artigo 4.º)
   a. Proibição da tortura
   b. Proibição absoluta: salvaguarda da dignidade e integridade da pessoa humana
   c. Obrigações positivas dos Estados
   d. Distinção entre tortura e pena ou tratamento desumano ou degradante
   e. Gravidade dos maus tratos: critérios para determinação
   f. Proibição da escravatura
   g. Análise de jurisprudência relevante

3. Direito à liberdade e à segurança (Artigo 5.º)
   a. Âmbito da previsão convencional
   b. As privações, limitações e restrições de liberdade relevantes
   c. Distinção entre restrição e privação liberdade
   d. Níveis de garantias.
   e. A legalidade da detenção: Conceito de legalidade
   f. Apresentação a autoridade judicial competente
   g. Noção de autoridade judicial competente
   h. Detenção de menor, de pessoa suscetível de propagar doença contagiosa, de alienado mental, de alcoólico, de toxicómano ou de vagabundo
   i. Detenção para extradição ou expulsão.
4. Direito a um processo equitativo (Artigo 6.º)

6.2. Vertente penal
a. Acusação em matéria penal: conceito autónomo. As infracções administrativas ou disciplinares
b. Critério para a sua determinação.
c. Tribunal independente e imparcial, estabelecido por lei
d. Direito não absoluto, mas as limitações não devem restringir a sua substância.
e. Elementos constitutivos do direito
f. Dimensão do processo equitativo

6.3. Vertente civil
a. Determinação e direitos e obrigações de carácter civil
b. Direito ao exame da causa publicamente:
c. O prazo razoável, critérios para a sua delimitação, Violação do prazo razoável
d. Jurisprudência em casos Portugueses
e. Presunção de inocência:
f. Direitos do acusado, extensivos ao defensor Informação sobre a acusação;
g. Garantias de defesa e defensor oficioso
h. Interrogatório de testemunhas
i. Análise de jurisprudência relevante

5. Direito ao respeito pela vida privada e familiar (Artigo 8.º)

a. Vida privada e familiar: delimitação
b. Vida familiar: princípios;
c. A célula familiar (pelo menos relações entre parentes próximos);
d. Crianças a cargo;
e. Imigrantes e estrangeiros (expulsão);
f. Os efeitos do decurso do tempo.
g. Jurisprudência relevante

6. Liberdade de expressão (Artigo 10.º)

a. A liberdade de expressão em geral: Direito não absoluto; Obrigações positivas dos Estados; Conteúdo do direito
b. Restrições: As ingerências e suas exceções
c. A imprensa
d. Análise de jurisprudência relevante

7. Direito a um recurso efetivo (Artigo 13.º)

a. Enquadramento: Recurso efetivo e recurso de amparo; Antecedentes e textos posteriores
b. Natureza jurídica: Direito subjetivo; Direito processual
c. Relação com outros direitos: Inexistência independente; Autonomia; A teoria do efeito útil; Sobreposição; Interpretação da Comissão e do Tribunal;
d. Âmbito, objeto e limites do direito
e. Caracterização do recurso efetivo
f. Direito a um recurso efetivo e duração excessiva do processo
g. Análise de jurisprudência relevante

8. Direito de propriedade (Protocolo I – artigo 1º)
   a. Âmbito da previsão convencional
   c. Privação da propriedade: princípios gerais; utilidade pública; indemnização; condições previstas na lei.
   d. Regulamentação do uso dos bens (equilíbrio entre os interesses geral e individual.
   e. Jurisprudência relevante.

2.1.6. Ética e Deontologia

As temáticas a abordar nas sessões de Ética e Deontologia foram selecionadas com base nas constantes dos 3 e-books que o CEJ disponibiliza on-line. As 9 sessões serão dirigidas por Docentes e decorrerão, à exceção da primeira, em grupos de 15 auditores visando-se reforçar o seu carácter interativo.

Os principais temas a abordar serão os seguintes:

- Ética e Teoria dos Jogos
- Regras éticas e deontológicas positivas e seu enquadramento legal
- Suspeções, impedimentos e Escusas
- Pontualidade, Assiduidade e Zelo
- Relações interpessoais no exercício da administração da justiça
- A vida privada do magistrado
- A problemática das redes sociais
- Magistratura e confiança do cidadão na administração da justiça

2.1.7. Contabilidade e Gestão

A sessão terá em vista o transmitir dos conhecimentos básicos de contabilidade e gestão que se têm por indispensáveis.

2.2. Componente formativa de especialidade no domínio do Direito Administrativo e Tributário

O direito administrativo abrange atualmente uma diversidade e complexidade de matérias sendo enriquecido por uma profundidade de princípios, conceitos, institutos e teorias explicativas
que, há poucas décadas, não se suspeitavam. Da mesma forma é crescente a influência do direito da União Europeia e bem assim da interdisciplinaridade entre a ciência jurídica e outras ciências cujos conhecimentos se revelam fundamentais para a eficiência dos regimes jurídicos.

Na identificação da componente formativa de especialidade procura-se tratar aquelas matérias que, e tentando evitar uma sobrecarga horária dos/as auditores/as, pela sua autonomia dogmática e pela sua relevância na concreta litigância junto dos tribunais administrativos parecem ser por isso merecedoras de uma abordagem também autónoma relativamente às que integram a componente profissional. As restantes matérias da componente formativa de especialidade em matéria administrativa elencadas na alínea a) do n.º 1 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, serão tratadas no âmbito da área de Direito Administrativo substantivo e processual, da componente formativa profissional.

Por sua vez o direito tributário caracteriza-se pelo (crescente) dinamismo da sua evolução e pelo apuramento do grau de tecnicidade. A necessidade de adaptação permanente dos vários regimes jurídicos a uma realidade económica em constante mutação, desconhecida de fronteiras geográficas e de dia para dia mais complexa, marca indelevelmente esta área do direito. Por outro lado, é seu apanágio o intrincado diálogo com outras áreas do conhecimento (ciências económicas, contabilidade, auditoria).

A necessidade de obtenção de receitas, sustentáculo do Estado fiscal, agudizada pelas crises financeiras no final da primeira década deste século, aliada a fenómenos de crescente mobilidade dos fatores de produção, exige uma busca de soluções concertadas no plano regional e internacional, que se repercutem necessariamente no âmbito nacional, o que é o mesmo que dizer que cada vez mais o direito tributário nacional é influenciado pelo direito europeu, e pelo direito internacional, no âmbito do qual emergem atualmente mudanças importantes.

Importa também atentar na realidade nos Tribunais, recordando-se a propósito que estudos recentes revelam que nos processos de impugnação pendentes nos Tribunais Tributários de primeira instância são preponderantes as questões referentes ao IRC (23,3%), ao IVA (cerca de 18,9%) e ao IRS (cerca de 16,3%)\(^1\).

Todos estes aspetos devem ser considerados na formação dos futuros juízes desta jurisdição e, em particular, na componente de formação de especialidade.

Há ainda que ponderar o facto de nem todos/as os/as auditores/as disporem, à partida, do mesmo nível de conhecimentos de direito administrativo e tributário, uma vez que o recrutamento através da via profissional é parcialmente efetuado entre profissionais que apenas detêm experiência ou na área do direito administrativo ou do direito tributário. Assim, um dos objetivos da formação nesta componente consistirá no nivelamento do grau de conhecimentos específicos dos/as destinatários/as de modo a que, finda a formação, se encontrem preparados para encarar os desafios profissionais com que se virão a confrontar em qualquer uma das áreas.

Para a lecionação das matérias abrangidas pela componente formativa de especialidade no direito administrativo e tributário, substantivo e processual é, por isso, pertinente o contributo de docentes convidados, escolhidos entre os mais habilitados especialistas nas várias matérias, sem prejuízo da intervenção uniformizadora dos docentes de direito administrativo e tributário, substantivo e processual do Centro de Estudos Judiciários (CEJ).

Atendendo à importância da componente formativa da especialidade, à necessidade de reconhecer a aquisição de conhecimentos, e à vertente motivacional da avaliação, a formação nesta componente será sujeita a avaliação.

As provas de avaliação de conhecimentos serão asseguradas pelos/as docentes de direito administrativo e tributário do CEJ, e a avaliação delas resultantes será levada em consideração como (mais um) elemento da avaliação contínua a ponderar na avaliação final dos/as auditores/as.

Não se vislumbra qualquer vantagem científica ou pedagógica num excessivo fracionamento dos momentos avaliativos na componente formativa de especialidade, esta será efetuada no que se refere ao direito administrativo em três momentos: (i) direito do urbanismo e direito do ambiente; (ii) direito da contratação pública; (iii) direito do trabalho em funções públicas.

No que se refere ao direito tributário são três os momentos avaliativos na componente de especialidade, contemplando: (i) as matérias referentes ao imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, ao imposto sobre o valor acrescentado, e aos impostos sobre o património (leccionadas no primeiro trimestre); (ii) às matérias referentes à “contabilidade financeira e fiscal” e ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, ao direito e contencioso aduaneiro e aos impostos especiais de consumo (leccionadas no segundo trimestre); e (iii) às matérias respeitantes ao direito fiscal europeu e ao direito fiscal internacional (leccionadas no terceiro trimestre).

Também a matéria do direito das contraordenações substantivo e processual, comum às duas áreas, administrativo e tributário, será objeto de avaliação.

2.2.1. Componente formativa de especialidade em sede de direito administrativo

2.2.1.1 Direito do Urbanismo e Direito do Ambiente

As matérias que integram o denominado Direito do Urbanismo, no seu sentido mais amplo por forma a abranger também as relativas ao ordenamento do território, assumem importância fulcral no âmbito da atividade dos tribunais administrativos já que lhes cabe o controlo jurisdicional da legalidade e a tutela de direitos e interesses legítimos quando estejam em causa atuações

2 Na expressão do artigo 40.º, n.º 1, alínea xiii) da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, alterada pela Lei n.º 60/2011, de 28 de novembro, e pela Lei n.º 45/2013, de 3 de julho.
administrativas que interfiram com imperativos de preservação urbanística, ordenamento do território e adequada organização e gestão do espaço urbano.

Importa, por isso, sensibilizar os auditores de justiça para as principais questões decorrentes da atividade da Administração neste domínio, familiarizando-os por um lado, com as formas de que pode revestir-se, no tocante à atividade de planeamento territorial e de controlo da realização de operações urbanísticas e numa visão que se pretende integrada com os meios específicos de controlo administrativo das atividades com implicações no espaço urbano e, por outro, dando-lhes ainda a conhecer os meios de garantia e de tutela contenciosa da legalidade específicos do Direito do Urbanismo, de molde a apetrechá-los com os instrumentos técnico-jurídicos indispensáveis à prática judiciária nestas áreas específicas.

Também as questões relativas ao Direito do Ambiente têm assumido crescente relevância, obtendo expressão nos litígios que são dirimidos nos tribunais administrativos, a estes cabendo o controlo jurisdicional da legalidade e a tutela de direitos e interesses legítimos quando estejam em causa atuações administrativas que interfiram com imperativos de preservação ambiental.

Para além de uma sessão de enquadramento inicial sobre a temática do ambiente e do desenvolvimento sustentável, importa que os auditores conheçam a ordem jurídica interna e o ordenamento jurídico Europeu em matéria ambiental, o qual encontra expressão em vários instrumentos jurídicos. Pretende-se, assim, dotar os auditores de justiça de conhecimentos sobre o enquadramento normativo mais significativo, alicerçado na atividade da Administração neste domínio, familiarizando-os com os principais institutos e regímenes jurídicos, dando-lhes também a conhecer os meios de garantia e de tutela contenciosa da legalidade ambiental, de molde a dotá-los dos instrumentos técnico-jurídicos indispensáveis à prática judiciária nestas áreas específicas.

A formação em Direito do Urbanismo e Direito do Ambiente será lecionada procurando fazer uma abordagem prática das questões com recurso, sempre que possível, a situações extraídas de casos reais julgados nos tribunais administrativos, em ordem a melhor preparar os auditores de justiça para a decisão do caso concreto.

Esta componente da especialidade será assegurada por docentes externos convidados e por docentes de direito administrativo do CEJ, cabendo a estes últimos assegurar a realização da exercitação escrita final, para aferição de conhecimentos.

Salvo motivo imprevisto ou circunstâncias de índole pedagógica que venham a impor diferentemente, a planificação das 14 sessões (15 UL) desta área de estudos é a seguinte:

**Direito do Urbanismo**

1.ª Sessão (1 UL)
Introdução ao Direito do Urbanismo.
Fontes de Direito do Urbanismo.
Princípios e normas constitucionais do Urbanismo.
2.ª Sessão (1 UL)
Planeamento urbanístico:
Sistema de planeamento territorial. Tipologia, funções e natureza jurídica dos instrumentos de planeamento territorial. Procedimento de elaboração e aprovação dos instrumentos de planeamento territorial.

3.ª Sessão (1 UL)
Planeamento urbanístico (continuação):
Conteúdo material dos instrumentos de planeamento. Dinâmica dos instrumentos de planeamento territorial: alteração, retificação, revisão e suspensão dos planos. Medidas cautelares e sucessão de instrumentos de planeamento territorial.

4.ª Sessão (1 UL)
Discricionariedade de planeamento e vinculação aos princípios da legalidade e da igualdade.

5.ª Sessão (1 UL)
A urbanização e a edificação (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação):
Operações urbanísticas. Informação prévia. Procedimentos de controlo prévio de operações urbanísticas: licença e autorização.

6.ª Sessão (1 UL)
A urbanização e a edificação (continuação):

7.ª Sessão (1 UL)

8.ª Sessão (1 UL)
Medidas de tutela da legalidade urbanística.

9.ª Sessão (1 UL)
Especificidades do contencioso administrativo do urbanismo.
10.ª Sessão (1 UL)
Especificidades do contencioso administrativo do urbanismo (continuação).

11.ª Sessão (1 UL)
Ambiente e desenvolvimento sustentável.

12.ª Sessão (2 UL)
Princípios constitucionais e gerais em matéria de ambiente: Princípios da prevenção, da precaução, do desenvolvimento sustentável, do aproveitamento racional dos recursos naturais, do poluidor-pagador e da responsabilização pelo dano ecológico.
As fontes do Direito do Ambiente.
Formas de atuação administrativa em matéria ambiental: a atividade regulamentar, os contratos em matéria ambiental e os atos administrativos, em especial a licença ambiental. Atuações informais e operações materiais em matéria ambiental.

13.ª Sessão (1 UL)
Tutela jurisdicional do ambiente. A ação pública. A legitimidade popular. Os meios processuais administrativos de defesa do ambiente. Direitos de acesso à informação, participação e acesso à justiça: a Convenção de Aarhus.

14.ª Sessão (1 UL)
Exercitação escrita (Direito do Urbanismo e Direito do Ambiente).

2.2.1.2 Regime da Contratação Pública

O Código dos Contratos Públicos (CCP - aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro) quer em relação aos procedimentos pré contratuais e à fase de formação dos contratos quer em sede de execução dos contratos, veio introduzir profundas alterações e novos paradigmas ao regime da contratação pública.

O regime Europeu da contratação pública foi, também ele, alterado pelas novas Diretivas Europeias de contratação pública, de fevereiro de 2014. A sua transposição para o ordenamento jurídico português foi concretizada quer pela alteração ao CPTA, consubstanciada pelo Decreto-Lei
n.º 214-G/2015, de 2 de outubro, quer pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que altera o Código dos Contratos Públicos.

O contencioso pré-contratual urgente, o contencioso pré-contratual não urgente e o contencioso relativo à interpretação, validade ou execução dos contratos, revestem uma grande importância no conjunto de processos que correm termos nos Tribunais Administrativos, quer pelo concreto número de processos quer pelo respetivo relevo económico para as empresas e para as entidades públicas envolvidas nesses processos, sem esquecer a complexidade e a variedade das matérias em causa.

Com a formação nesta área pretende-se promover uma análise do direito aplicável à formação e à validade e execução dos contratos públicos, por forma a apetrechar os auditores de justiça com os conhecimentos necessários à tramitação e decisão de tais processos em prazo razoável.

Privilegiar-se-á uma abordagem prática com a análise de casos de estudo, de jurisprudência e textos de contratos em concreto, contando para tal com a participação quer de docentes externos convidados, quer ainda de docentes de direito administrativo do CEJ, em particular relativamente às matérias do processo contencioso pré-contratual e contratual, cabendo a estes últimos assegurar a realização da exercitação escrita final, para aferição de conhecimentos.

Salvo motivo imprevisto ou circunstâncias de índole pedagógica que venham a impor diferentemente, a planificação das 8 sessões (15 UL) desta área de estudos é a seguinte:

1ª Sessão (2 UL)
O âmbito de aplicação subjetiva da Parte II do Código dos Contratos Públicos: entidades adjudicantes e outras entidades. Os contratos sujeitos à Parte II do CCP.

2ª Sessão (2 UL)
A decisão de contratar e a escolha do procedimento. Tipos de procedimentos de formação de contratos públicos.
Peças do procedimento. Requisitos de participação. Candidatura, qualificação e proposta.

3ª Sessão (2 UL)
Análise das propostas. Avaliação das propostas. Exclusão de propostas.
Critérios de adjudicação. Adjudicação.

4ª Sessão (2 UL)
Fase da pós-adjudicação. Celebração do contrato.
Invalidade, conformação e incumprimento do contrato. Modificação e sanções contratuais.
5ª Sessão (2 UL)
A ação administrativa urgente de contencioso pré-contratual.
O efeito suspensivo automático e o levantamento daquele efeito.

6ª Sessão (2 UL)
A impugnação dos documentos conformadores do procedimento.
A adoção de medidas provisórias.

7ª Sessão (2 UL)
Ações relativas à validade e execução de contratos. Cumulação de pedidos.
Modificação do objeto do processo. Ampliação da instância.

8.ª Sessão (1 UL)
Exercitação escrita.

2.2.1.3 Direito do Trabalho em Funções Públicas

Pretende-se nesta área de estudos promover a aquisição e reforço de competências específicas no âmbito da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Os litígios emergentes do vínculo de emprego público cuja apreciação cabe aos Tribunais Administrativos revestem uma grande importância na atividade processual estes Tribunais, por ser um contencioso muito numeroso e vasto.

Atenta a diversidade de matérias em causa e a impossibilidade de as tratar a todas (sob pena de se sobrecarregar em demasia o horário letivo dos auditores, comprometendo assim o aproveitamento e aprofundamento das matérias tratadas) procura-se ainda assim abordar com alguma profundidade as matérias mais estruturantes do direito do trabalho em funções públicas como as modalidades de vínculo e prestação de trabalho em funções públicas e em especial o contrato de trabalho em funções públicas, a constituição daquele vínculo, o recrutamento, a invalidade do vínculo de emprego público, os direitos, deveres e garantias dos trabalhadores e dos empregadores públicos, a avaliação de desempenho e a mobilidade, o tempo de trabalho e a remuneração, as vicissitudes modificativas e extintivas do vínculo de emprego público.

Procura-se ainda abordar com algum detalhe o contencioso dos acidentes em serviço e das doenças profissionais no âmbito da Administração Pública, que tem um regime especial consagrado no Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro e cujas ações têm carácter de urgência.

Dada a importância do contencioso disciplinar em direito do trabalho em funções públicas (atento o número de processos que correm termos nos tribunais administrativos nesta matéria e
tratar-se de sindicar decisões administrativas em matéria sancionatória) e o facto de apresentar algumas especificidades de relevo (designadamente, por exemplo, quanto à prova) dedica-se um total de cinco unidades letivas à análise do respetivo regime.

Na formação privilegiar-se-á uma abordagem prática com a análise de casos de estudo e de jurisprudência, contando para tal com a participação quer de docentes externos convidados, quer ainda de docentes do CEJ de direito do trabalho e de direito administrativo, cabendo a estes últimos assegurar a realização da exercitiação escrita final, para aferição de conhecimentos.

Salvo motivo imprevisto ou circunstâncias de índole pedagógica que venham a impor diferentemente, a planificação das 15 sessões (15 UL) desta área de estudos é a seguinte:

**1ª Sessão (1 UL)**
Princípios constitucionais com incidência laboral.
Direitos Fundamentais e de Personalidade dos sujeitos da relação de trabalho subordinado: reserva da intimidade da vida privada, tecnologias da comunicação e informação, proteção da parentalidade, assédio moral e sexual.

**2.ª Sessão (1 UL)**
O vínculo de trabalho em funções públicas.
Os litígios emergentes do vínculo de emprego público.
A jurisdição competente.
Modalidades de vínculo e prestação de trabalho no exercício de funções públicas.

**3.ª Sessão (1 UL)**
O contrato de trabalho em funções públicas em especial.
O empregador público: a pluralidade e sucessão de empregadores públicos.
A Constituição e formação do vínculo de emprego público.
Recrutamento, forma do título e período experimental.

**4.ª Sessão (1 UL)**
Invalidade do vínculo de emprego público.
Direitos, deveres e garantias do trabalhador e do empregador público.
Atividade, local de trabalho e carreiras.
Avaliação de desempenho.
Mobilidade.

**5.ª Sessão (1 UL)**
Tempo de trabalho. Modalidades de horários de trabalho. Férias e faltas.
6.ª Sessão (1 UL)
Remuneração. O princípio da proteção da confiança no direito do trabalho em funções pública.

7.ª Sessão (1 UL)
O contencioso dos acidentes em serviço e das doenças profissionais no Decreto-Lei nº503/99, de 20 de Novembro.

8.ª Sessão (1 UL)
O exercício do poder disciplinar. Princípios gerais. Âmbito, sujeitos e titulares do poder disciplinar.

9.ª Sessão (1 UL)
O exercício do poder disciplinar (Continuação). Infrações e sanções disciplinares.

10.ª Sessão (1 UL)
O exercício do poder disciplinar (Continuação). Exclusão da responsabilidade disciplinar.
Prescrição da infração, do procedimento disciplinar e da sanção disciplinar.
Nulidades do processo disciplinar

11.ª Sessão (1 UL)
O exercício do poder disciplinar (Continuação). O procedimento disciplinar comum: instrução, defesa do trabalhador, relatório final do instrutor e decisão.
Procedimentos disciplinares especiais: inquéritos, sindicâncias e averiguações.

12.ª Sessão (1 UL)
A impugnação dos atos proferidos em procedimento disciplinar.

13.ª Sessão (1 UL)
Vicissitudes modificativas do vínculo de emprego público.

14.ª Sessão (1 UL)
Extinção do vínculo de emprego público.

15.ª Sessão (1 UL)
Exercitação escrita.
2.2.2. Componente formativa de especialidade em sede de direito administrativo e tributário

2.2.2.1 Direito Contraordenacional substantivo e processual

No contexto da Lei do CEJ, a matéria do Direito Contraordenacional substantivo e processual é configurada como integrando a componente formativa da especialidade, comum ao direito administrativo e tributário.

O recurso de contraordenações há muito que integra o âmbito da competência jurisdicional dos tribunais tributários. Porém, para os tribunais administrativos é uma novidade ainda recente, introduzida com a alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais operada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro.

Na formação em direito contraordenacional substantivo e processual procurar-se-á proporcionar uma formação integrada em sede do regime jurídico geral do direito das contraordenações com especial destaque para os princípios estruturantes deste ramo do direito, a teoria da contraordenação e os princípios do processo contraordenacional. Será também estudada quer a fase administrativa quer a fase judicial do processo contraordenacional tributário e administrativo. As últimas sessões serão dedicadas à abordagem de algumas especificidades das contraordenações tributárias e das contraordenações urbanísticas.

Privilegiar-se-á uma abordagem prática com a análise de casos de estudo e de jurisprudência, contando para tal com a participação quer de docentes externos convidados, quer ainda de docentes de direito tributário e de direito administrativo do CEJ, em particular relativamente às matérias referentes às contraordenações tributárias e contraordenações urbanísticas, cabendo a estes últimos assegurar a realização da exercitação escrita final, para aferição de conhecimentos.

Salvo motivo imprevisto ou circunstâncias de índole pedagógica que venham a impor diferentemente, a planificação das 8 sessões (10 UL) desta área de estudos é a seguinte:

1.ª Sessão (1 UL)
Princípios estruturantes do direito das contraordenações.

2.ª Sessão (1 UL)
Teoria geral da contraordenação. Facto típico, facto ilícito e facto culposo.

3.ª Sessão (1 UL)
Concurso de contraordenações. Concurso entre crimes e contraordenações.
Coima e sanções acessórias. Admoestação.
Prescrição do procedimento e da coima.
4.ª Sessão (1 UL)

5.ª Sessão (2 UL)
Contraordenações tributárias. A fase judicial do recurso de contraordenação. Análise de jurisprudência e discussão de casos práticos.

6.ª Sessão (1 UL)
Exercitação escrita (contraordenações tributárias).

7.ª Sessão (2 UL)
Contraordenações urbanísticas. Âmbito de competência dos tribunais administrativos. A fase judicial do recurso de contraordenação. Análise de jurisprudência e discussão de casos práticos.

8.ª Sessão (1 UL)
Exercitação escrita (contraordenações urbanísticas).

2.2.3. Componente formativa geral e de especialidade em sede de direito tributário

No que concerne à componente formativa da especialidade em direito tributário a formação visa dotar os/as auditores/as de justiça de conhecimentos atualizados sobre os regimes dos impostos mais relevantes no sistema fiscal português - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI), Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosa de Imóveis (IMT), Imposto de Selo (IS), Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), e Impostos Especiais sobre o Consumo (IEC) – e ainda do direito e contencioso aduaneiro, com enfoque nos princípios que os enformam, assim como nos aspectos teórico-práticos mais relevantes e atuais.

A formação sobre princípios da contabilidade financeira e fiscal destina-se a facultar os conhecimentos teórico-práticos básicos necessários à compreensão do estado atual da normalização contabilsítica em Portugal e da harmonização contabilística internacional, da estrutura e âmbito de aplicação do SNC, assim como da correta articulação entre os seus elementos fundamentais. Atendendo à relação de dependência parcial entre a contabilidade financeira e o IRC que caracteriza o regime fiscal português, estas matérias serão lesionadas no âmbito da mesma disciplina da especialidade.
De modo a proporcionar uma melhor compreensão do modo como se conjugam e operam os vários regimes, as sessões de formação da componente da especialidade serão antecedidas por uma sessão específica na componente da formação profissional na qual se debaterá o sistema fiscal português.

2.2.3.1 Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)

No que diz respeito ao IRS, a formação pretende proporcionar o domínio dos conceitos básicos para a compreensão do seu regime e estrutura, dedicando-se ainda uma sessão ao estudo dos estatutos de residência no IRS, justificada pela atualidade do tema.

Salvo motivo imprevisto ou circunstâncias de índole pedagógica que venham a impor diferentemente, a planificação das 7 sessões (7 UL) desta área de estudos é a seguinte:

1.ª Sessão (1 UL)
Enquadramento geral. Incidência pessoal, real e territorial.

2.ª Sessão (1 UL)
Fases da determinação do rendimento coletável, taxas, liquidação e cobrança. Tributação dos rendimentos do trabalho dependente.

3.ª Sessão (1 UL)
Tributação dos rendimentos do trabalho dependente (cont.). Tributação dos rendimentos empresariais e profissionais.

4.ª Sessão (1 UL)
Tributação dos rendimentos de capitais e das mais-valias mobiliárias.

5.ª Sessão (1 UL)
Tributação dos rendimentos prediais e das mais-valias imobiliárias.

6.ª Sessão (1 UL)
Estatutos de residência no IRS. A tributação dos residentes não habituais.

7.ª Sessão (1 UL)
O IRS na jurisprudência dos Tribunais nacionais.
2.2.3.2 O imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

A formação na especialidade em matéria de IVA, imposto de matriz europeia, pretende familiarizar os/as auditores/as com o seu mecanismo económico e dar a conhecer os conceitos operativos estruturantes do seu regime.

Salvo motivo imprevisto ou circunstâncias de índole pedagógica que venham a impor diferentemente, a planificação das 7 sessões (7 UL) desta área de estudos é a seguinte:

1.ª Sessão (1 UL)
Origem e evolução do IVA. Os princípios estruturantes do imposto.

2.ª Sessão (1 UL)
Sujeitos passivos e operações tributáveis.

3.ª Sessão (1 UL)
Localização das operações. Valor tributável e taxas.

4.ª Sessão (1 UL)
As isenções. Enquadramento das operações financeiras em IVA. As obrigações dos sujeitos passivos e as regularizações do imposto.

5.ª Sessão (1 UL)
O direito à dedução.

6.ª Sessão (1 UL)
O IVA nas operações internacionais.

7.ª Sessão (1 UL)
O IVA na jurisprudência dos Tribunais nacionais.

2.2.3.3 A tributação do património

A formação nesta matéria deter-se-á sobre o regime jurídico do IMI e do IMT. Também o Imposto de Selo será objeto de formação na quinta sessão dedicada a esta temática.

Salvo motivo imprevisto ou circunstâncias de índole pedagógica que venham a impor diferentemente, a planificação das 6 sessões (6 UL) desta área de estudos é a seguinte:
1.ª Sessão (1 UL)
O Imposto Municipal sobre Imóveis: caracterização jurídica; incidência subjetiva e incidência objetiva;

2.ª Sessão (1 UL)
O Imposto Municipal sobre Imóveis: determinação da base tributável; procedimentos de liquidação e cobrança.

3.ª Sessão (1 UL)
O IMT: caracterização jurídica; incidência subjetiva e incidência objetiva.

4.ª Sessão (1 UL)
IMT: determinação da base tributável; procedimentos de liquidação e cobrança.

5.ª Sessão (1 UL)
O imposto de selo.

6.ª Sessão (1 UL)
A tributação do património na jurisprudência dos Tribunais nacionais.

Avaliação (1 UL)
Terminada esta disciplina da especialidade, em momento próximo do final do primeiro trimestre, será dedicada 1 UL à avaliação das várias disciplinas da especialidade em matéria tributária lecionadas durante o mesmo.

2.2.3.4 Contabilidade fiscal e imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)

Atendendo à importância da “contabilidade fiscal”, pretende-se proporcionar, sobretudo, a compreensão dos conceitos essenciais necessários à apreensão das correções fiscais impostas pelo regime do IRC à contabilidade das empresas, assim como a familiarização com as demonstrações financeiras prevista no SNC, imprescindível para uma correta apreciação da prova documental exigida aos juízes da área tributária.

Como foi já referido, e atendendo à relação de dependência parcial entre a contabilidade financeira e o IRC que caracteriza o regime fiscal português, a contabilidade será abordada em conexão com o estudo do regime do IRC.
No que diz respeito ao IRC, procurar-se-á proporcionar o domínio dos conceitos básicos nas matérias estruturantes do seu regime.

Salvo motivo imprevisto ou circunstâncias de índole pedagógica que venham a impor diferentemente, a planificação das 13 sessões (13 UL) desta área de estudos é a seguinte:

1.ª Sessão (1 UL)
Introdução. A normalização contabilística em Portugal - do POC ao SNC. A normalização contabilística a nível internacional.

2.ª Sessão (1 UL)
A interpretação da lei contabilística. Princípios fundamentais de contabilidade. Regime de acréscimo e conceito de período contabilístico.
A incidência real e pessoal.

3.ª Sessão (1 UL)
As demonstrações financeiras: objetivos, pressupostos fundamentais, princípios e políticas contidas nas DF, características qualitativas e elementos das DF.

4.ª Sessão (1 UL)
As principais demonstrações financeiras no SNC. Os documentos de prestação de contas.

5.ª Sessão (1 UL)
O modelo português de dependência parcial do direito fiscal relativamente ao direito contabilístico; as correções impostas pelo regime fiscal ao resultado contabilístico das empresas, com vista ao apuramento do lucro tributável em sede de IRC: introdução e referência genérica.

6.ª Sessão (1 UL)
As variações patrimoniais positivas (art. 21.º CIRC).
Rendimentos (art. 20.º do CIRC) e gastos (arts. 23.º, do CIRC).

7.ª Sessão (1 UL)
Inventários (arts. 26.º a 28.º do CIRC).

8.ª Sessão (1 UL)
Depreciações e amortizações (arts. 29.º a 38.º do CIRC).
9.ª Sessão (1 UL)
Ajustamentos, perdas de imparidade e provisões (arts. 35.º a 40.º do CIRC). Outros encargos (arts. 41.º a 45.º do CIRC): créditos incobráveis e realizações de utilidade social.

10.ª Sessão (1 UL)
Mais-valias e menos-vallas realizadas (arts. 46.º a 48.º do CIRC). Dedução de prejuízos fiscais (art. 52.º CIRC).

11.ª Sessão (1 UL)
Eliminar da dupla tributação económica de lucros distribuídos.

12.ª Sessão (1 UL)
Apuramento da matéria coletável e da coleta em sede de IRC. O preenchimento da declaração modelo 22; discussão de casos práticos. Outras obrigações acessórias relevantes; a documentação de suporte à contabilidade em função da atividade prosseguida.

13.ª Sessão (1 UL)
O IRC na jurisprudência dos tribunais nacionais.

2.2.3.5 Direito e contencioso aduaneiro

A formação na especialidade em matéria de direito aduaneiro, imposto de matriz europeia, pretende familiarizar os/as auditores/as com as fontes do direito aduaneiro, o procedimento e a declaração aduaneira, e os elementos de base para o cálculo dos direitos aduaneiros, dando a conhecer os conceitos operativos estruturantes do seu regime.

Será ainda lecionada uma sessão dedicada ao tema do contencioso aduaneiro, justificada pelas suas especificidades.

Salvo motivo imprevisto ou circunstâncias de índole pedagógica que venham a impor diferentemente, a planificação das 7 sessões (7 UL) desta área de estudos é a seguinte:

1.ª Sessão (1 UL)
As fontes do direito aduaneiro.

2.ª Sessão (1 UL)
O desalfandegamento das mercadorias. Os regimes aduaneiros.
3.ª Sessão (1 UL)
Classificação pautal das mercadorias.

4.ª Sessão (1 UL)
Origem das mercadorias. Valor aduaneiro das mercadorias. Taxas dos direitos aduaneiros.

5.ª Sessão (1 UL)
A dívida aduaneira; cobrança, extinção da dívida aduaneira, reembolso e dispensa de pagamento dos direitos aduaneiros. Franquias aduaneiras.

6.ª Sessão (1 UL)
O contencioso aduaneiro.

7.ª Sessão (1 UL)
O direito aduaneiro na jurisprudência dos Tribunais nacionais.

2.2.3.6 Impostos Especiais de Consumo

Na sequência do estudo do direito aduaneiro, serão objeto de análise os vários impostos especiais do consumo, dando a conhecer aos/as auditores/as os fundamentos do sistema português de IEC.

Salvo motivo imprevisto ou circunstâncias de índole pedagógica que venham a impor diferentemente, a planificação das 2 sessões (2 UL) desta área de estudos é a seguinte:

1.ª Sessão (1 UL)
Harmonização europeia e sistema português de IEC. Incidência subjetiva e objetiva. Isenções e desagravamentos por reembolso. Facto gerador e exigibilidade.

2.ª Sessão (1 UL)

Avaliação (1 UL)
Terminada esta disciplina da especialidade, em momento próximo do final do segundo trimestre, será dedicada 1 UL à avaliação das várias disciplinas da especialidade em matéria tributária lecionadas durante o mesmo.
2.2.3.7 Direito fiscal internacional

Num momento em que o Direito Fiscal Internacional conhece importantes alterações, este tema será objeto de formação, que terá início com o estudo da interpretação do direito convencional internacional e procurará abranger os temas mais relevantes e atuais nesta matéria.

Salvo motivo imprevisto ou circunstâncias de índole pedagógica que venham a impor diferentemente, a planificação das 7 sessões (7 UL) desta área de estudos é a seguinte:

1.ª Sessão (1 UL)
A interpretação das convenções para evitar a dupla tributação. Estrutura e Comentários da Convenção Modelo da OCDE (CMOCDE).

2.ª Sessão (1 UL)
A dupla tributação internacional e a dupla tributação económica.

3.ª Sessão (1 UL)
O conceito de estabelecimento estável e a tributação dos lucros.

4.ª Sessão (1 UL)
As categorias de rendimentos nas Convenções de Dupla Tributação.

5.ª Sessão (1 UL)
As categorias de rendimentos nas Convenções de Dupla Tributação.

6.ª Sessão (1 UL)
Convenção Multilateral para Prevenir a Erosão das Bases Tributáveis e a Transferência de Lucros ("Multilateral Instrument" ou "MLI").

7.ª Sessão (1 UL)
O Direito Fiscal Internacional na jurisprudência dos Tribunais nacionais.

2.2.3.8 Direito Fiscal Europeu

O direito fiscal europeu tem um impacto crescente no direito nacional, tratando-se de uma matéria de elevada complexidade, sobretudo no que diz respeito à integração negativa que vem sendo feita pelo Tribunal de Justiça da União Europeia em matéria de tributação direta, revelando-se ainda indispensável o estudo das diretivas europeias existentes nesta matéria, cuja análise é imprescindível à correta compreensão e interpretação do direito nacional.
Salvo motivo imprevisto ou circunstâncias de índole pedagógica que venham a impor diferentemente, a planificação das 6 sessões (6 UL) desta área de estudos é a seguinte:

1.ª Sessão (1 UL)
As liberdades fundamentais na jurisprudência do TJUE sobre tributação direta.

2.ª Sessão (1 UL)
As convenções de dupla tributação na jurisprudência do TJUE.

3.ª Sessão (1 UL)
A troca automática de informações no contexto da Diretiva 2011/16/UE no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade, e a alteração introduzida pela Diretiva 2014/107/EU, do Conselho, de 9 de dezembro de 2014.

4.ª Sessão (1 UL)
A Diretiva 2011/96/UE relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes e a alteração introduzida pela Diretiva 2014/86/EU, do Conselho, de 8 de julho de 2014 e pela Diretiva (UE) 2015/121 do Conselho, de 27 de janeiro de 2015.

5.ª Sessão (1 UL)
A Diretiva 2003/49/CE do Conselho de 3 de Junho de 2003 relativa a um regime fiscal comum aplicável aos pagamentos de juros e royalties efetuados entre sociedades associadas de Estados-Membros diferentes.

6.ª Sessão (1 UL)
A Diretiva 2009/133/CE, do Conselho, de 19 de Outubro de 2009, relativa ao regime fiscal comum aplicável às fusões, cisões, cisões parciais, entradas de ativos e permutas de ações entre sociedades de Estados-Membros diferentes e à transferência da sede de uma SE ou de uma SCE de um Estado-Membro para outro.

2.3. Componente formativa profissional

Colocando em perspetiva a necessidade, não só de sedimentar os conhecimentos teórico-práticos indispensáveis ao exercício da função judicial, mas ainda, em simultâneo, de desenvolver as competências imprescindíveis para o efeito, o plano de estudo da componente formativa profissional de direito administrativo e de direito tributário substantivo e processual é desenhado de modo a proporcionar um conhecimento sólido do procedimento e processo administrativo e
tributário mantendo o enfoque nos princípios que devem servir, e que por isso os enformam e delimitam. Procura-se também, através de uma abordagem prática, a consolidação da compreensão de vários regimes substantivos relevantes, cujo conhecimento é atualmente imprescindível para a adequada execução da tarefa de julgar nos tribunais administrativos e tributários.

A metodologia a aplicar, que é transversal, passará pelo estudo e análise de casos práticos e da jurisprudência, e pela resolução de exercícios práticos, neste último caso colocando o enfoque na discussão da respetiva solução, procurando assim permitir ao longo do curso, a superação das falhas que forem sendo identificadas. Procura-se deste modo levar em conta as necessidades específicas da formação para adultos, como é o caso, que deve ser dirigida para o “aprender a fazer”, através de metodologias de formação adequadas à aprendizagem através da experiência.

Também nesta componente formativa será mantido presente o objetivo essencial de nivelar os conhecimentos específicos dos/as auditores/as nas matérias do direito administrativo e tributário, substantivo e processual, independentemente da experiência anterior ao ingresso no CEJ.

A avaliação será contínua e conforme suprarreferido, levará também em consideração o desempenho nos exercícios escritos da componente formativa de especialidade.

2.3.1. Direito Administrativo substantivo e processual

A componente profissional de Direito Administrativo, substantivo e processual, visa dotar os auditores de justiça de conhecimentos teórico-práticos sobre as principais formas de atuação dos poderes públicos, em especial o ato e o regulamento administrativos já que o contrato é abordado em área da componente formativa de especialidade.

Direcionando-nos para a prática judiciária nos Tribunais Administrativos e para o âmbito da jurisdição administrativa, mediante a análise dos vários tipos de processos do contencioso administrativo e o domínio da sua tramitação, considerar-se-ão as diferentes fases processuais, os atos processuais bem como as vicissitudes da instância, a partir de pretensões materiais acionáveis em juízo no contexto da forma processual adequada e dos poderes decisórios do juiz.

Esta abordagem será casuística com vista a permitir a consolidação sistemática de conhecimentos jurídicos e o domínio prático do método jurídico e judiciário na análise e resolução dos casos. Pretende-se dotar os auditores de justiça das aptidões fundamentais para a correta aplicação do direito ao caso concreto, preparando-os para a correta tramitação dos processos, no âmbito dos princípios da boa gestão processual.

Igualmente se tem por objetivo a apreensão pelos auditores de justiça das novas realidades do direito e do contencioso administrativo, atravessados pela transmigração de institutos e de soluções oriundos do direito administrativo global, do direito administrativo europeu e dos direitos administrativos especiais e pelas exigências determinadas pelo direito da proteção internacional dos direitos humanos e pela proteção constitucional dos direitos fundamentais.
Assim sendo, a formação inicial em Direito Administrativo, substantivo e processual, tem como objetivos formativos a aquisição pelos/as auditores/as das competências que seguidamente se indicam.

No final do primeiro trimestre:

a) Compreensão geral do papel do juiz administrativo no exercício da função soberana do Estado de administrar justiça;

b) Domínio da organização e funcionamento dos tribunais administrativos e do âmbito da jurisdição administrativa e capacidade de elaboração de decisões em matéria de competência e de conflito de jurisdição ou de competências;

c) Domínio e capacidade de aplicação dos princípios gerais da atividade administrativa, em especial capacidade de confronto de atuações administrativas com esses princípios para aferição da sua validade;

d) Percepção e domínio do objeto, fundamentos, pressupostos processuais e tramitação da intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões. Capacidade de elaboração dos correspondentes despachos e sentenças;

e) Compreensão e capacidade de operacionalizar os princípios e as regras que regem o procedimento administrativo comum do regulamento e do ato administrativo;

f) Percepção e domínio do objeto, fundamentos e pressupostos processuais de uma ação administrativa de impugnação de normas ou de condenação à emissão de normas e da respectiva tutela cautelar. Capacidade de elaboração dos correspondentes despachos e sentenças;

g) Operar a distinção entre ato administrativo e as outras formas de atuação administrativa e entre os vários tipos de atos administrativos. Compreensão do regime do ato administrativo e capacidade de aferir da respetiva eficácia e validade;

h) Distinção entre os regimes da revogação e da anulação administrativa, e da alteração, substituição e retificação de atos administrativos. Conhecimento dos respetivos regimes e capacidade de aferição da sua validade.

i) Compreensão do regime e trâmite das reclamações e recursos administrativos e das suas implicações no processo administrativo, designadamente quanto ao pedido, ao objeto do pedido e ao prazo de impugnação de ato administrativo ou de pedido de condenação à prática do ato devido.

No final do segundo trimestre:

j) Percepção e domínio dos pressupostos das várias modalidades de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas. Capacidade de elaboração dos correspondentes despachos e sentenças;

k) Percepção e domínio do objeto, fundamentos, pressupostos processuais, marcha e vicissitudes da instância da ação administrativa. Capacidade de elaboração dos correspondentes despachos (despachos de expediente, despacho pré-saneador, despacho saneador, despacho de identificação do objeto do litígio e enunciação dos temas da prova) e sentenças;
l) Aquisição de técnicas de intervenção e condução de diligências, em especial a audiência prévia;

m) Percepção e domínio do objeto, fundamentos, pressupostos processuais e marcha das ações administrativas urgentes de contencioso eleitoral e de contencioso dos procedimentos de massa e da intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias. Capacidade de elaboração dos correspondentes despachos e sentenças;

No final deste Ciclo de formação:

n) Percepção e domínio do objeto, função, características, pressupostos processuais e marcha do processo cautelar. Capacidade de identificação da verificação dos pressupostos de adoção de providências cautelares, em particular da suspensão da eficácia de um ato administrativo, e dos respetivos incidentes e garantias. Capacidade de elaboração dos correspondentes despachos e sentenças;

o) Percepção do regime dos recursos jurisdicionais. Capacidade de aferir da verificação dos pressupostos para a admissão de um recurso jurisdicional e, sendo o recurso de admitir, qual o efeito a atribuir ao mesmo e o regime de subida;

p) Percepção e domínio do objeto, fundamentos, pressupostos processuais, marcha e vicissitudes da ação executiva (execução para prestação de facto, para pagamento de quantia certa e de execução de sentença de anulação) e capacidade de aplicação de sanções pecuniárias compulsórias e de identificação de causas legítimas de inexecução. Capacidade de elaboração dos correspondentes despachos e sentenças;

Nestes termos, e salvo motivo imprevisto ou circunstâncias de índole pedagógica que venham a impor diferentemente, a planificação das 70 sessões (120 UL) desta área de estudos é a seguinte:

**Primeiro Trimestre**

1.ª Semana

1.ª Sessão (1 UL)
Apresentação. Metodologia de trabalho e de avaliação. Estatuto do auditor de justiça.

2.ª Sessão (2 UL)
2.ª Semana

3.ª Sessão (2 UL)
O procedimento administrativo. Os princípios gerais da atividade administrativa: o princípio da legalidade (juridicidade, preferência de lei e reserva de lei).

4.ª Sessão (2 UL)
O princípio da legalidade e margem de livre decisão administrativa.

3.ª Semana

5.ª Sessão (2 UL)
Os princípios gerais da atividade administrativa: princípio da prossecução do interesse público e da protecção dos direitos e interesses dos cidadãos, princípio da boa administração, princípio da igualdade e princípio da proporcionalidade.

6.ª Sessão (1 UL)

4.ª Semana

7.ª Sessão (2 UL)
O princípio da Administração aberta e o princípio da protecção dos dados pessoais. O direito de acesso à informação, aos arquivos e registos administrativos. O direito à informação procedimental.
A intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões.

8.ª Sessão (2UL)
A intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões (continuação).

5.ª Semana

9.ª Sessão (2UL)
Procedimento administrativo (Regime comum): Princípios, iniciativa, sujeitos do procedimento, interessados no procedimento, garantias de imparcialidade.

10.ª Sessão (1UL)
Procedimento administrativo (Regime comum): prazos, pareceres, extinção do procedimento.
6.ª Semana

11.ª Sessão (2 UL)
Regulamento administrativo. Procedimento do regulamento administrativo. A eficácia e a invalidade do regulamento administrativo. Caducidade, revogação e impugnação administrativa. Impugnação de normas e condenação à emissão de normas.

12.ª Sessão (2 UL)
Impugnação de normas e condenação à emissão de normas (continuação). Suspensão de eficácia de normas.

13.ª Sessão (2 UL)
O procedimento do ato administrativo: as notificações, a instrução e a audiência dos interessados (princípio da participação).

7.ª Semana

14.ª Sessão (1 UL)
O procedimento do ato administrativo: A decisão e outras causas de extinção do procedimento. Comunicações prévias.

15.ª Sessão (2 UL)
O ato administrativo.

8.ª Semana

Semana AIKOS

9.ª Semana

16.ª Sessão (2 UL)
O ato administrativo (continuação). O dever de fundamentação do ato administrativo.

17.ª Sessão (1 UL)
A eficácia do ato administrativo.

18.ª Sessão (2 UL)
A invalidade do ato administrativo.

10.ª Semana

19.ª Sessão (2 UL)
Causas de invalidade do ato administrativo.

20.ª Sessão (2 UL)
Causas de invalidade do ato administrativo (continuação).
11.ª Semana
21.ª Sessão (2 UL)
Causas de invalidade do ato administrativo (continuação).
22.ª Sessão (1 UL)
Revogação e anulação administrativas.

12.ª Semana
23.ª Sessão (2 UL)
Revogação e anulação administrativas (continuação). Alteração, substituição e retificação de atos administrativos.
24.ª Sessão (2 UL)
Hierarquia, superintendência e tutela. Reclamações e recursos administrativos.

13.ª Semana
25.ª Sessão (2 UL)
Reclamações e recursos administrativos (Continuação).
26.ª Sessão (1 UL)
A execução do ato administrativo.

14.ª Semana
27.ª Sessão (2 UL)
A execução do ato administrativo (continuação).
28.ª Sessão (2 UL)
Exercitação escrita.

Segundo Trimestre

15.ª Semana
29.ª Sessão (2 UL)
Responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa.
Responsabilidade por facto ilícito.
30.ª Sessão (2 UL)
Responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa.
Responsabilidade por facto ilícito (continuação).
16.ª Semana
31.ª Sessão (2 UL)
Responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa.
Responsabilidade por facto ilícito (continuação). Responsabilidade pelo risco. Responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional.
32.ª Sessão (1 UL)
Responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional (continuação).

17.ª Semana
33.ª Sessão (2 UL)
Responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função político-legislativa.
Indemnização pelo sacrifício.
34.ª Sessão (2 UL)

18.ª Semana
35.ª Sessão (2 UL)
Patrocínio e representação em juízo. Personalidade e capacidade judiciária.
36.ª Sessão (2 UL)
Legitimidade ativa e legitimidade passiva. Coligação.

19.ª Semana
37.ª Sessão (2 UL)
A impugnação de atos administrativos. Pressupostos processuais específicos.
38.ª Sessão (1 UL)
A impugnação de atos administrativos. Pressupostos processuais específicos. (continuação)

20.ª Semana
39.ª Sessão (2 UL)
A impugnação de atos administrativos: Da instância. A condenação à prática do ato devido.
Pressupostos processuais específicos.
40.ª Sessão (2 UL)
A condenação à prática do ato devido: A instância e poderes de pronúncia do tribunal.
21.ª Semana

41.ª Sessão (2 UL)

42.ª Sessão (2 UL)
Conteúdo e instrução da contestação. Defesa por impugnação e por exceção. A falta de impugnação nas ações relativas a atos e normas.

22.ª Semana

43.ª Sessão (1 UL)
Reconvenção. Trâmites subsequentes (Envio do processo administrativo, intervenção do Ministério Público, Réplica e tréplica e articulados supervenientes). Despacho pré-saneador.

44.ª Sessão (2 UL)

23.ª Semana

45.ª Sessão (2 UL)
Despacho saneador. Exceções dilatórias (continuação) e exceções perentórias. Saneador-sentença.

46.ª Sessão (2 UL)
Identificação do objeto do litígio e enunciação dos temas da prova

24.ª Semana

47.ª Sessão (2 UL)
Identificação do objeto do litígio e enunciação dos temas da prova (continuação). Realização e dispensa da audiência prévia.

48.ª Sessão (2 UL)
Simulação de audiências prévias.

25.ª Semana

49.ª Sessão (2 UL)

50.ª Sessão (1 UL)
Contencioso eleitoral. Contencioso dos procedimentos de massa.
26.ª Semana

51.ª Sessão (2 UL)
Intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias.

52.ª Sessão (2 UL)
Intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias (continuação).

27.ª Semana

53.ª Sessão (1 UL)
Intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias (continuação).

54.ª Sessão (2 UL)
Exercitação escrita.

**Terceiro Trimestre**

28.ª Semana

55.ª Sessão (2 UL)

56.ª Sessão (1 UL)
O decretamento provisório da providência. A proibição de executar o ato administrativo.

29.ª Semana

57.ª Sessão (2 UL)
Incidente de declaração de ineficácia dos atos de execução indevida. Processos cautelares: critérios de decisão.

58.ª Sessão (1 UL)

30.ª Semana

59.ª Sessão (2 UL)
Vícios e reforma da sentença. Recursos jurisdicionais.

60.ª Sessão (1 UL)
A extensão dos efeitos da sentença. Processo executivo: finalidades, espécies e pressupostos.
31.ª Semana
61.ª Sessão (2 UL)
Execução para prestação de facto ou de coisa e execução para pagamento de quantia certa. Sanção pecuniária compulsória. Execução de sentença de anulação de atos administrativos.
62.ª Sessão (1 UL)
Execução de sentença de anulação de atos administrativos (continuação).

32.ª Semana
63.ª Sessão (2 UL)
Indemnização por causa legítima de inexecução.
64.ª Sessão (1 UL)
Indemnização por causa legítima de inexecução (continuação).

33.ª Semana
65.ª Sessão (2 UL)
Exercitação escrita.
66.ª Sessão (1 UL)
Análise e discussão da exercitação escrita.

34.ª Semana
67.ª Sessão (2 UL)
Simulação de audiência final.
68.ª Sessão (1 UL)
Simulação de audiência final.

35.ª Semana
69.ª Sessão (2 UL)
Análise crítica das simulações.
70.ª Sessão (1 UL)
Balanço final global do 1.º ciclo.

2.3.2. Direito Tributário, substantivo e processual

A componente profissional de Direito Tributário, substantivo e processual, visa dotar os/as auditores/as de justiça dos conhecimentos essenciais sobre o(s) procedimento(s) e o contencioso tributário e os princípios que os regem, as especificidades do regime da prova nesta matéria e os
princípios operativos ao dispor do juiz tributário. Os temas serão abordados numa perspetiva eminentemente direcionada para a prática judiciária, com recurso ao estudo da jurisprudência pertinente, à discussão de casos práticos e à elaboração de exercícios formativos, através dos quais se procurará, sobretudo, simular a realidade.

Também os princípios jurídico-constitucionais da tributação e os vários regimes substantivos de tributação que compõem o sistema fiscal português serão trabalhados, através da mesma abordagem, focada na realidade prática.

A formação inicial no Direito Tributário tem como objetivos formativos a aquisição pelos/ás auditores/as das competências que seguidamente se enunciam.

No final do primeiro trimestre:

a) Percepção e capacidade de operacionalizar os princípios jurídico-constitucionais da tributação.

b) Compreensão e capacidade de operacionalizar os princípios que regem o procedimento tributário; percepção e domínio da dinâmica dos principais procedimentos tributários.

c) Percepção das garantias não impugnatórias e impugnatórias administrativas dos contribuintes e capacidade de discernir os atos impugnáveis e o seu regime.

d) Assimilação e capacidade de operacionalizar os princípios do contencioso tributário.

e) Percepção das várias espécies de ações no contencioso tributário, consonte a respetiva finalidade.

f) Capacidade para tratar adequadamente o “erro” na forma processual no contexto do processo tributário.

No final do segundo trimestre:

gh) Percepção e domínio do objeto, fundamentos, pressupostos processuais, e tramitação da impugnação judicial. Domínio da tramitação desta forma de processo, compreensão das respetivas particularidades, capacidade para elaborar despachos e sentenças adequadas à mesma. Domínio das particularidades referentes à respetiva instrução.

h) Compreensão das especificidades da ação administrativa especial, da intimação para a consulta de documentos, passagem de certidões, e prestação de informações, da produção antecipada de prova, da execução de julgados, da ação de impugnação de normas, da intimação para um comportamento e da ação para o reconhecimento de um direito no contencioso tributário.

i) Apreensão das particularidades da execução fiscal e compreensão da tramitação do processo de execução fiscal.


k) Compreensão do regime da responsabilidade tributária subsidiária.

l) Percepção e domínio das especificidades dos embargos de terceiro na execução fiscal.
m) Perceção e domínio dos regimes da reclamação da decisão do órgão de execução fiscal, do arresto e arrolamento, da impugnação de atos de apreensão e das providências cautelares adotadas pela Administração tributária.

n) Compreensão das particularidades do direito probatório no processo tributário.

No final do terceiro trimestre:

o) Compreensão das especificidades da tutela cautelar dos particulares no contencioso tributário.

p) Entendimento e capacidade de operacionalização dos conceitos de imposto, taxa e contribuições especiais.

q) Compreensão do sistema fiscal português.

r) Perceção dos aspetos fundamentais do direito fiscal europeu.

s) Compreensão do regime da cláusula geral antiabuso e das normas especiais antiabuso no regime fiscal português.

t) Perceção das especificidades da gestão processual no processo tributário.

Salvo motivo imprevisto ou circunstâncias de índole pedagógica que venham a impor diferentemente, a planificação das 35 sessões (70 UL) desta área de estudos é a seguinte:

**Primeiro trimestre**

1.ª Sessão (2 UL)

Apresentação dos participantes. Programa, objetivos e metodologia. Exercício de snowball – o papel do juiz no processo tributário.

2.ª Sessão (2 UL)

O sistema fiscal português – enquadramento. Discussão e resolução de casos práticos.

3.ª Sessão (2 UL)

Princípios jurídico-constitucionais da tributação, e em particular, os princípios da legalidade, tipicidade, capacidade contributiva e tipicidade. Discussão de jurisprudência.

4.ª Sessão (2 UL)

Princípios do procedimento tributário. Os procedimentos especiais: o procedimento de liquidação e em particular a avaliação por métodos indiretos. Discussão e resolução de casos práticos.

5.ª Sessão (2 UL)

Procedimentos tributários especiais (continuação): o procedimento de inspeção tributária. O procedimento de derrogação do sigilo bancário. Discussão e resolução de casos práticos.
6.ª Sessão (2 UL)
Garantias (não impugnatórias) dos contribuintes: direito à informação e a intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões no processo tributário. Direito à fundamentação e notificação; direito à audiência prévia. Discussão e resolução de casos práticos.

7.ª Sessão (2 UL)
Garantias (não impugnatórias) dos contribuintes (cont.): o direito à caducidade da liquidação e da garantia prestada. Discussão e resolução de casos práticos.

8.ª Sessão (2 UL)
Garantias impugnatórias administrativas dos contribuintes: reclamação, recurso hierárquico e revisão oficiosa. Os atos impugnáveis. Discussão e resolução de casos práticos.

9.ª Sessão (2 UL)
Os princípios estruturantes do processo tributário. Espécies de ações consoante o fim. Discussão e resolução de casos práticos.

10.ª Sessão (2 UL)
Petição inicial: pedido e causa de pedir. Discussão e resolução de casos práticos.

11.ª Sessão (2 UL)
Intervenção liminar do juiz: despacho liminar e tratamento do erro sobre a forma do processo no contencioso tributário (a convocação). Discussão e resolução de casos práticos.

12.ª Sessão (2 UL)
Exercitação escrita.

13.ª Sessão (2 UL)
Comentário à exercitação escrita. A gestão processual no processo tributário. Discussão e resolução de casos práticos.

**Segundo trimestre**

14.ª Sessão (2 UL)
A competência dos tribunais tributários. Legitimidade para intervir no processo tributário. Valor da causa, alçada e mandato judicial.
A impugnação judicial: objeto, fundamentos e pressupostos. Discussão e resolução de casos práticos.

15.ª Sessão (2 UL)
A impugnação judicial: tramitação. Discussão e resolução de casos práticos.

16.ª Sessão (2 UL)
O direito probatório no processo tributário. Discussão e resolução de casos práticos.

17.ª Sessão (2 UL)
Outros meios processuais no processo tributário: a ação administrativa (remissão); intimação para um comportamento; a ação para o reconhecimento de um direito. Discussão e resolução de casos práticos.

18.ª Sessão (2 UL)
O processo de execução fiscal. Natureza jurídica e suas implicações. Discussão e resolução de casos práticos.

19.ª Sessão (2 UL)
O processo de execução fiscal. A tramitação pelo órgão de execução fiscal. Discussão e resolução de casos práticos.

20.ª Sessão (2 UL)
Reclamação de atos do órgão de execução fiscal. Discussão e resolução de casos práticos.

21.ª Sessão (2 UL)
A oposição à execução. Fundamentos taxativos e tramitação. Discussão e resolução de casos práticos.

22.ª Sessão (2 UL)
Oposição à execução fiscal (cont.): a responsabilidade tributária subsidiária. Discussão e resolução de casos práticos.

23.ª Sessão (2 UL)
Oposição à execução fiscal (cont.): simulação de diligência de inquirição de testemunhas.
24.ª Sessão (2 UL)
O arresto e o arrolamento. Os embargos de terceiro.
Discussão e resolução de casos práticos.

25.ª Sessão (2 UL)
Exercitação escrita.

26.ª Sessão (2 UL)
Comentários à exercitação escrita.
A execução de sentença no processo tributário. O direito a juros indemnizatórios e moratórios.
Discussão e resolução de casos práticos.

Terceiro trimestre

27.ª Sessão (2 UL)
A tutela urgente a favor dos contribuintes no contencioso tributário.
Discussão e resolução de casos práticos.

28.ª Sessão (2 UL)
Os recursos.
Discussão e resolução de casos práticos.

29.ª Sessão (2 UL)
Taxas e contribuições financeiras.
Discussão e resolução de casos práticos.

30.ª Sessão (2 UL)
A prescrição da obrigação tributária.
Discussão e resolução de casos práticos.

31.ª Sessão (2 UL)
A cláusula geral antiabuso e as normas especiais antiabuso no regime fiscal português.
Discussão e resolução de casos práticos.

32.ª Sessão (2 UL)
Exercitação escrita.
33.ª Sessão (2 UL)
Comentário à exercitiação escrita.
Esclarecimento de dúvidas.

34.ª Sessão (2 UL)
Balanço final. Exercício de snowball.

2.3.3. Direito Civil, no domínio dos contratos e responsabilidade civil.
Direito Processual Civil.

Será implementado um modelo de processo assente num postulado da confiança, construído a partir de uma ética de responsabilidade social.

A abordagem e a discussão dos temas e das questões problemáticas do direito civil, com especial enfoque na matéria dos contratos e na responsabilidade civil, devem ser equacionadas em sintonia com a sequência da marcha do processo comum, partindo-se de um plano adjetivo para o tratamento de situações concretas com incursão nos temas do direito substantivo.

Na resolução oral dos casos práticos e na simulação escrita das decisões apelar-se-á aos institutos de direito civil substantivo, no domínio dos contratos e da responsabilidade civil, sendo de considerar, neste particular, vários conteúdos temáticos:

Assim, e no que concerne ao direito dos contratos: noção e tipos de contratos, pressupostos do contrato, estrutura do contrato (vontade e declaração), conteúdo do contrato (formação e elementos do conteúdo), eficácia do contrato e extinção do contrato.

No que se refere à responsabilidade civil: responsabilidade delitual, contratual e pré-contractual, responsabilidade subjetiva e objetiva, responsabilidade por facto ilícito e por facto lícito, pressupostos da responsabilidade e obrigação de indemnizar.

A formação inicial em matéria de direito civil, no domínio dos contratos e da responsabilidade civil, e direito processual civil, desenvolver-se-á ao longo de todo o primeiro ciclo, sendo ministrada por módulos.

Ao todo, serão lecionadas 41 UL assim distribuídas:

a) O módulo 1, sobre os princípios do processo civil e os atos processuais, terá a duração de 13 UL e será ministrado no primeiro trimestre.

b) O módulo 2, sobre a prova e a audiência final, terá a duração de 9 UL e será ministrado no primeiro e segundo trimestres.

c) O módulo 3, sobre a sentença, terá a duração de 13 UL e será ministrado no segundo trimestre.
d) O módulo 4, sobre o processo de execução, terá a duração de 8 UL e será ministrado no terceiro trimestre em conjunto com o 35.º Curso para os Tribunais Judiciais.

A formação inicial em matéria de direito civil, no domínio dos contratos e da responsabilidade civil, e direito processual civil, terá como objetivos formativos a verificação da aquisição pelos auditores das seguintes competências:

**Quanto ao Módulo 1:**

a) Assimilação dos princípios estruturantes do processo civil e das suas linhas sistemáticas;
b) Compreensão de um modelo de processo civil construído a partir de uma ética de responsabilidade social;
c) Análise do papel do juiz no processo civil;
d) Domínio da marcha do processo declarativo, nas suas fases essenciais e atos processuais;
e) Apreciação da validade e da eficácia dos atos processuais;
f) Compreensão da intervenção liminar do juiz;
g) Delimitação dos termos e formas de citação em geral e apreciação dos efeitos da revelia;
h) Apreensão sistemática da dinâmica do processo civil e dos termos do início, desenvolvimento, vicissitudes e extinção da instância;
i) Análise do incidente de verificação do valor da causa;
j) Domínio do instituto do apoio judiciário;
k) Aquisição e desenvolvimento de competências nas matérias das modificações subjetivas da instância;
l) Estudo da ação especial para o cumprimento de obrigações pecuniárias, do procedimento de injunção e da subsequente ação declarativa.

**Quanto ao Módulo 2:**

a) Capacidade de análise do direito probatório, com enfoque nos princípios gerais, ônus da prova e presunções legais;
b) Apreciação dos diversos meios probatórios e da sua obtenção;
c) Domínio das regras, trâmites e vicissitudes da audiência final, com especial abordagem das temáticas da psicologia do testemunho e da ética judiciária.

**Quanto ao Módulo 3:**

a) Compreensão dos conceitos fundamentais das obrigações em Direito Civil, passando pela declaração negocial, princípios gerais dos contratos e incumprimento das obrigações;
b) Aprofundamento da temática da responsabilidade civil, em especial por acidentes de viação e por ato médico;
c) Estudo dos critérios de avaliação do dano e de fixação da indemnização no âmbito da responsabilidade civil;
d) Análise do instituto do enriquecimento sem causa;
e) Capacidade de seleção da matéria de facto e de avaliação da prova;
f) Aprofundamento da estrutura, linguagem, efeitos e vícios da sentença;
g) Estudo da matéria das custas processuais.

Quanto ao Módulo 4:
a) Análise dos títulos executivos, da tramitação da ação executiva e dos seus incidentes;
b) Domínio dos embargos de executado e da oposição à penhora.

A Planificação das sessões será a seguinte:

**Primeiro Trimestre**

**MÓDULO 1 – PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL E FASE INICIAL DO PROCESSO; ATOS PROCESSUAIS**

1.ª Semana (2 UL) – 16 a 20 de setembro de 2019
Princípios estruturantes do processo civil- Breve análise da marcha da ação declarativa: da petição inicial à sentença final. Visita a um processo civil real.

2.ª Semana (1 UL) – 23 a 27 de setembro de 2019
Atos processuais: regime geral.

3.ª Semana (1 UL) – 30 de setembro a 4 de outubro de 2019
Atos processuais: validade e eficácia

4.ª Semana (2 UL) - 7 a 11 de outubro de 2019
A intervenção liminar do juiz: Despacho liminar. Citação e revelia.

5.ª Semana (2 UL) – 14 a 18 de outubro de 2019

6.ª Semana (1 UL) – 21 a 25 de outubro de 2019
Modificações subjetivas da instância: incidente de habilitação de herdeiros e incidente de habilitação do adquirente ou cessionário
7.ª Semana (2 UL) – 28 a 31 de outubro de 2019
Modificações subjetivas da instância: incidentes de intervenção de terceiros

8.ª Semana - 4 a 8 de novembro de 2019
AIAKOS

9.ª Semana (1 UL) - 11 a 15 de novembro de 2019
A ação especial para o cumprimento de obrigações pecuniárias, o procedimento de injunção e a subsequente ação declarativa.

10.ª Semana (1 UL) - 18 a 22 de novembro de 2019
Módulo 1: consolidação de conhecimentos.

11.ª Semana (2 UL) - 25 a 29 de novembro de 2019
Exercitação escrita avaliativa.

**MÓDULO 2: A PROVA E A AUDIÊNCIA FINAL**

12.ª Semana (2 UL) - 2 a 6 de dezembro de 2019

13.ª Semana (2 UL) - 9 a 13 de dezembro de 2019
Correção da exercitação escrita avaliativa.
Prova documental e Prova testemunhal

14.ª Semana (1 UL) - 16 a 20 de dezembro de 2019
Prova por confissão e por declarações de parte.

**Segundo Trimestre**

15.ª Semana (1 UL) - 6 a 10 de janeiro de 2020
Prova pericial. Verificações não judiciais qualificadas. Inspeção judicial.

16.ª Semana (2 UL) - 13 a 17 de janeiro de 2020
A audiência final. Visualização de uma audiência final.

17.ª Semana (1 UL) - 20 a 24 de janeiro de 2020
A prova e a audiência final: consolidação.

18.ª Semana (2 UL) - 27 a 31 de janeiro de 2020
Exercitação escrita avaliativa
MÓDULO 3: PROLAÇÃO DA DECISÃO FINAL – A SENTENÇA

19.ª Semana (2 UL) - 3 a 7 de fevereiro de 2020
Das obrigações em geral: declaração negocial. Princípios gerais dos contratos.

20.ª Semana (2 UL) - 10 a 14 de fevereiro de 2020
Correção da exercitação escrita avaliativa.
Regime geral do incumprimento das obrigações.

21.ª Semana (1 UL) - 17 a 21 de fevereiro de 2020
Enriquecimento sem causa.

22.ª Semana (1 UL) - 24 a 28 de fevereiro de 2020
Responsabilidade civil: requisitos da responsabilidade civil, em especial por acidentes de viação.

23.ª Semana (1 UL) - 2 a 6 de março de 2020
Responsabilidade civil: requisitos da responsabilidade civil, em especial por ato médico.

24.ª Semana (2 UL) - 9 a 13 de março de 2020
Responsabilidade civil: avaliação do dano; critérios de fixação da indemnização, em especial a equidade.

25.ª Semana (2 UL) - 16 a 20 de março de 2020

26ª Semana (1 UL) - 23 a 27 de março de 2020
A decisão da matéria de facto. As presunções judiciais

27ª Semana (1 UL) - 30 de março a 3 de abril de 2020
A sentença – consolidação.

Terceiro Trimestre

28ª Semana (2 UL) - 13 a 17 de abril de 2020
Exercitação escrita avaliativa

29ª Semana (1 UL) - 27 a 30 de abril de 2020